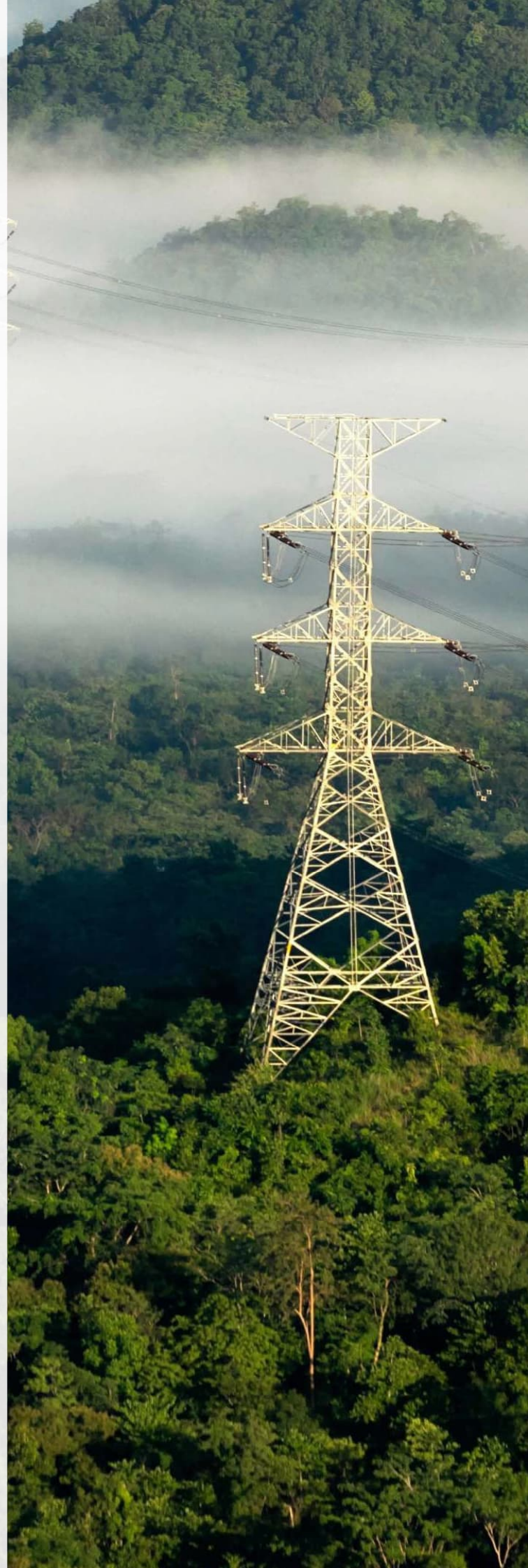


# JAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial  
Transmissora 4 SPE S.A.)

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de  
dezembro de 2025



# JAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

## Demonstrações contábeis regulatórias

### Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO .....	8

### Notas explicativas

1. Contexto operacional .....	9
2. Setor Elétrico no Brasil .....	10
3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias .....	11
4. Principais práticas contábeis regulatórias.....	12
5. Caixa e equivalentes de caixa .....	13
6. Investimentos temporários .....	14
7. Concessionárias e permissionárias .....	14
8. Imobilizado.....	15
9. Intangível .....	17
10. Empréstimos e financiamentos .....	18
11. Provisão para contingências.....	19
12. Dividendos declarados .....	19
13. Patrimônio líquido.....	20
14. Pessoal e Administradores .....	22
15. Resultado financeiro .....	22
16. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social ..	22
17. Partes relacionadas .....	23
17.1 Remuneração de pessoal-chave da administração .....	24
18. Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários .....	24
19. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.....	28
20. Conciliação do resultado societário e regulatório .....	28
21. Demonstração dos fluxos de caixa.....	28
22. Seguros.....	29
23. Eventos subsequentes.....	29



**Shape the future  
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi  
Av. Washington Soares, 55  
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó  
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil  
Tel: +55 85 3392-5600  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Diretores e Acionistas da  
**Jaíba Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Jaíba Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



**Shape the future  
with confidence**

## **Outros assuntos**

A Jaíba Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2026.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



**Shape the future  
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 27 de abril de 2026

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Thiago Alexandre de Souza Silva'.

Thiago Alexandre de Souza Silva  
Contador CRC PE-021265/O

# JAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

## Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.516	128.447
Investimentos temporários	6	56.993	276.164
Concessionárias e permissionárias	7	45.256	40.793
Serviços em curso		3.280	2.358
Tributos compensáveis		22.905	16.400
Despesas pagas antecipadamente		-	74
Outros ativos circulantes		1.816	6.810
<b>Total do circulante</b>		<b>180.766</b>	<b>471.046</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos compensáveis		-	311
Imobilizado	8	1.002.007	1.032.960
Intangível	9	18.343	18.763
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.020.350</b>	<b>1.052.034</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.201.116</b>	<b>1.523.080</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		9.999	12.047
Obrigações sociais e trabalhistas		1.019	1.141
Empréstimos e financiamentos	10	57.661	53.924
Tributos a recolher		15.506	12.682
Dividendos declarados	12	4.136	11.654
Encargos setoriais		4.209	3.374
Outros passivos circulantes		16.073	15.444
<b>Total do circulante</b>		<b>108.603</b>	<b>110.266</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	10	1.096.493	1.101.076
Tributos diferidos		94	94
Outros passivos não circulantes		-	276
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.096.587</b>	<b>1.101.446</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.205.190</b>	<b>1.211.712</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	13		
Capital social		213.199	209.694
Reservas legal		42.639	41.745
Reservas de lucros a realizar		415.627	390.191
Reservas de incentivos fiscais		118.857	83.013
Reservas de investimento e expansão		170.558	80.090
Dividendos adicionais propostos		-	168.429
Proventos excedentes da contabilidade societária		(964.954)	(661.794)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(4.074)</b>	<b>311.368</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.201.116</b>	<b>1.523.080</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

JAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
 Demonstração do resultado  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
 (Em milhares de reais)

Operações em continuidade	Notas	2025	2024
Receita / Ingresso			
Transmissão de Energia		303.424	283.724
Outras receitas		551	-
		<u>303.975</u>	<u>283.724</u>
Tributos			
PIS-PASEP		(5.035)	(5.275)
COFINS		(22.730)	(24.294)
		<u>(27.765)</u>	<u>(29.569)</u>
Encargos			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.717)	(2.654)
Taxa de fiscalização		(1.039)	(997)
		<u>(3.756)</u>	<u>(3.651)</u>
Receita líquida/ Ingresso líquido		<u>272.454</u>	<u>250.504</u>
Custos gerenciáveis			
Pessoal e administradores	14	(7.647)	(8.803)
Material		(313)	(307)
Serviços de terceiros		(6.717)	(5.723)
Arrendamentos e aluguéis		(110)	(46)
Depreciação e amortização		(32.773)	(32.688)
Outros		(742)	(489)
		<u>(48.302)</u>	<u>(48.056)</u>
Resultado da atividade		<u>224.152</u>	<u>202.448</u>
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		48.740	39.137
Despesas financeiras		(112.940)	(114.320)
		<u>(64.200)</u>	<u>(75.183)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>159.952</u>	<u>127.265</u>
Despesas com impostos sobre o lucro	16		
Imposto de renda e contribuição social		(48.673)	(38.060)
Incentivos fiscais		35.844	29.082
		<u>(12.829)</u>	<u>(8.978)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>147.123</u>	<u>118.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

JAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	147.123	118.287
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	<u>147.123</u>	<u>118.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# JAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Proventos excedentes da contabilidade societária	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	209.694	40.027	400.143	53.931	80.090	53.841	(579.150)	-	258.576
Dividendos adicionais distribuídos - 2023	-	-	-	-	-	(53.841)	-	-	(53.841)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	118.287	118.287
Destinação do lucro									
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	29.082	-	-	-	(29.082)	-
Constituição de reserva legal	-	1.718	-	-	-	-	-	(1.718)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(9.952)	-	-	-	-	-	(9.952)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(1.702)	(1.702)
Constituição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	168.429	-	(168.429)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	(82.644)	82.644	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	209.694	41.745	390.191	83.013	80.090	168.429	(661.794)	-	311.368
Aumento de capital	3.505	-	-	-	(3.505)	-	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos - 2024	-	-	-	-	-	(168.429)	-	-	(168.429)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	147.123	147.123
Destinação do lucro									
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	35.844	-	-	-	(35.844)	-
Constituição de reserva legal	-	894	-	-	-	-	-	(894)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	315.436	-	-	-	-	(315.436)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(4.136)	(4.136)
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(290.000)	-	-	-	-	-	(290.000)
Constituição de reserva para investimento e expansão	-	-	-	-	93.973	-	-	(93.973)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	(303.160)	303.160	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	213.199	42.639	415.627	118.857	170.558	-	(964.954)	-	(4.074)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

JAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
 Demonstração dos fluxos de caixa  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	147.123	118.287
Ajuste para:		
Amortização do imobilizado e intangível	32.815	32.736
Baixas	-	1.713
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	112.519	114.458
Rendimentos de aplicações financeiras	(29.788)	(40.183)
Imposto de renda e contribuição social corrente	12.829	9.021
	<u>275.498</u>	<u>236.032</u>
Variações em ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Concessionárias e permissionárias	(4.463)	(6.732)
Serviços em curso	(922)	-
Tributos compensáveis	(6.194)	(1.986)
Despesas pagas antecipadamente	74	12
Outros ativos circulantes	4.994	7.739
Fornecedores	(2.048)	(809)
Tributos a recolher	(967)	164
Obrigações sociais e trabalhistas	(122)	4.993
Imposto de renda e contribuição	(1.015)	-
Encargos setoriais	835	536
Outros passivos	353	281
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>266.023</u>	<u>240.230</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	20.524	40.183
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(60.257)	(59.221)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.023)	(8.091)
	<u>(47.756)</u>	<u>(27.129)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>218.267</u>	<u>213.101</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo imobilizado	(1.173)	(3.910)
Aquisições no ativo intangível	(268)	(95)
Aplicações e resgates	228.434	(109.769)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	<u>226.993</u>	<u>(113.774)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(53.108)	(50.458)
Pagamento de dividendos	(470.083)	(65.380)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(523.191)</u>	<u>(115.838)</u>
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa	<u>(77.931)</u>	<u>(16.511)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	128.447	144.958
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>50.516</u>	<u>128.447</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa	<u>(77.931)</u>	<u>(16.511)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## 1. Contexto operacional

A Jaíba Transmissora de Energia S.A. (“Jaíba Transmissora” ou “Companhia” ou “Outorgada”), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 4 SPE S.A, teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 26.845.393/0001-28 e constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Verene Transmissão Subholding S.A., tendo como controladora final Verene Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Rua do Catete, 359 – Flamengo, Rio de Janeiro. CEP: 22220-001. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Republicação, consistente na:

(a) Linha de Transmissão (LT) Igarorã III - Janaúba 3, em 500 kV, circuitos simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igarorã III e término na Subestação Janaúba 3<sup>(\*)</sup>;

(b) Linha de Transmissão (LT) Janaúba 3 - Presidente Juscelino, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 337 km, com origem na Subestação Janaúba 3 e término na Subestação Presidente Juscelino<sup>(\*)</sup>; e

(c) Subestação (SE) 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500kV – parte 1)<sup>(\*)</sup>.

A Companhia tem prazo de autorização e concessão do poder concedente de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

<sup>(\*)</sup> Não auditado.

Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato	RAP		Índice de correção
			2025-2026	2024-2025	
012/2017	30 anos	10/02/2047	282.653	268.376	IPCA

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,05% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Resolução Homologatória (REH) 3.481/2025 estabeleceu para a Companhia, para o ciclo 2025-2026, que teve seu início no mês de julho de 2025, RAP de R\$ 282.653.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,42% a RAP.

## 1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 12/2017 assinado entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1.598/2020, com validade até 25 de novembro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

## 1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas demonstrações contábeis regulatórias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

## 1.3 Alteração do controle societário

Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações e mudança de controle da Companhia ("Operação"), em conjunto com a sua controladora direta Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial S.A., na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pela *La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPO)*.

Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Infraestrutura e Energia Brasil S.A., deixando de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Equatorial S.A.

## 2. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A transmissão de energia elétrica a ser disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário procederá durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada rede básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

### 3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

#### 3.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e apresentadas de acordo com as normas emitidas pelo Órgão regulador (Aneel) determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias da Outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 18 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma entidade e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2026.

### 3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

## 4. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 12 de março de 2026 e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e quanto ao que se estabelece abaixo:

### 4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

### 4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e

(d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

#### 4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

#### 4.4 Receita líquida/Ingresso líquido (reconhecimento de receita)

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente à transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	9.635	8.802
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação Direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	38.904	106.521
Fundo de investimento		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	12.898
Operações Compromissadas	1.977	226
Subtotal de equivalentes de caixa	40.881	119.645
Total	50.516	128.447

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A variação é decorrente, principalmente, do pagamento de dividendos no exercício.

Os CDBs são remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com a rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivalente 101,94% a.a. do CDI (102,19% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

## 6. Investimentos temporários

	2025	2024
Circulante		
Fundos de Investimento (a)		
Cotas de Fundos de Investimentos (d)	23.492	239.888
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	1	42
Títulos Públicos	-	4.844
Letra Financeira	-	1.448
Recursos vinculados (c)	33.500	29.942
<b>Total</b>	<b>56.993</b>	<b>276.164</b>

- (a) Os fundos de investimentos são compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, de acordo com a norma de investimento do Fundo.
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do antigo controlador - Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 8 – Fornecedores. Em 31 de dezembro de 2025, com a mudança de controle da Companhia, não há novas operações de antecipação de títulos a pagar a fornecedores.
- (c) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso; e
- (d) Variação decorrente, principalmente, do pagamento de dividendos no exercício.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de dezembro 2025 equivale a 100,10% a.a. do CDI (97,17% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

## 7. Concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer (Até 60 dias)	29.095	28.817
Saldos vencidos		
90 dias	731	2.215
de 91 a 180 dias	1.916	1.372
de 181 a 360 dias	1.516	2.794
acima de 361 dias (a)	11.998	5.595
<b>Total (b)</b>	<b>45.256</b>	<b>40.793</b>

- (a) A Companhia na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu repasse, na rubrica de “concessionárias e permissionárias”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outras contas a pagar”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

- (b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada, utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, a Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

## 8. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado em serviço	Valor bruto em 2024	Adição	Baixa	Transferência	Valor bruto em 2025	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	1.104.648	-	-	-	1.104.648	-	(132.715)	971.933	1.003.184
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	21.327	-	-	3.335	24.662	3.335	(2.795)	21.867	19.326
Veículos	587	-	-	-	587	-	(270)	317	400
Terrenos	151	-	-	-	151	-	-	151	151
<b>Subtotal</b>	<b>1.126.713</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.335</b>	<b>1.130.048</b>	<b>3.335</b>	<b>(135.780)</b>	<b>994.268</b>	<b>1.023.061</b>
Imobilizado em curso	Valor bruto em 2024	Adição	Baixa	Transferência	Valor bruto em 2025	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão									
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.347	16	-	(3.335)	(972)	(3.319)	-	(972)	2.347
Máquinas e Equipamentos	6.959	1.159	-	-	8.118	1.159	-	8.118	6.959
Veículos	593	-	-	-	593	-	-	593	593
<b>Subtotal</b>	<b>9.899</b>	<b>1.175</b>	<b>-</b>	<b>(3.335)</b>	<b>7.739</b>	<b>(2.162)</b>	<b>-</b>	<b>7.739</b>	<b>9.899</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>1.136.612</b>	<b>1.175</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.137.787</b>	<b>1.173</b>	<b>(135.780)</b>	<b>1.002.007</b>	<b>1.032.960</b>

Ativo Imobilizado R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025		2024	
		Valor bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		1.130.048	(135.780)	994.268	1.023.061
Custo histórico	3,14%	1.130.048	(135.780)	994.268	1.023.061
Em curso					
Transmissão		7.739	-	7.739	9.899
Custo histórico		7.739	-	7.739	9.899
<b>Total do imobilizado</b>		<b>1.137.787</b>	<b>(135.780)</b>	<b>1.002.007</b>	<b>1.032.960</b>

Não houve adições e exclusões no imobilizado em serviço em 2025.

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	16	-	16
Máquinas e equipamentos	678	481	1.159
<b>Total das adições</b>	<b>694</b>	<b>481</b>	<b>1.175</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamento Geral	12,17%
Estrutura Geral	2,89%
Condutor de Sistema	2,70%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 9. Intangível

Intangível em serviço	Valor bruto em 2024	Adição	Valor Bruto em 2025	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão							
Servidões	16.296	-	16.296	-	-	16.296	16.296
Softwares	3.166	-	3.166	-	(3.007)	159	792
Outros	1.651	-	1.651	-	(482)	1.169	1.224
Subtotal	21.113	-	21.113	-	(3.489)	17.624	18.312
Intangível em curso	Valor bruto em 2024	Adição	Valor Bruto em 2025	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
administração							
Softwares	268	-	268	-	-	268	268
Outros	183	268	451	268	-	451	183
Subtotal	451	268	719	268	-	719	451
Total do intangível	21.564	268	21.832	268	(3.489)	18.343	18.763

## 10. Empréstimos e financiamentos

### 10.1 Abertura do financiamento

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
BNDES - Subcredito A	1.260	32.655	522.484	556.399	Sim	Abr-19	Recebíveis + Outros	IPCA	5,32%	15/01/26	Mensal	15/01/26	15/12/42	Mensal	SAC
BNDES - Subcredito B	1.357	22.490	575.622	599.469	Sim	Abr-19	Recebíveis + Outros	Pré	5,32%	31/05/26	Mensal	31/05/26	15/12/42	Mensal	Price
Custo de Captação Empréstimos (BNDES)	-	(101)	(1.613)	(1.714)	Sim	Abr-19	N.A.	N.A.	-	15/01/26	N.A.	15/01/26	15/12/42	N.A.	N.A.
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	2.617	55.044	1.096.493	1.154.154											

### 10.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

Instituição / Linha credora	2027	2028	2029	2030	2031	2032+	Total
BNDES - Subcredito A	32.655	32.655	32.655	32.655	32.655	359.208	522.484
BNDES - Subcredito B	23.688	24.951	26.280	27.681	29.156	443.866	575.622
Custo de Captação Empréstimos (BNDES)	(101)	(101)	(101)	(101)	(101)	(1.109)	(1.613)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	56.243	57.505	58.835	60.235	61.711	801.964	1.096.493

### 10.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal + Juros CP	Principal + Juros LP	Saldo 2025	Saldo 2024
Ativos Financeiros	107.509	-	107.509	404.611
Caixa e aplicações financeiras	9.635	-	9.635	8.802
Aplicação financeira CDB	38.904	-	38.904	119.419
Operações compromissadas	1.977	-	1.977	226
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	50.516	-	50.516	128.447
Aplicação financeira - cotas de investimentos (circulante)	23.493	-	23.493	239.888
Aplicação financeira - cotas de investimentos FIDC (circulante)	-	-	-	42
Aplicação financeira - títulos públicos (circulante)	-	-	-	4.844
Aplicação financeira - letras financeiras (circulante)	-	-	-	1.448
Aplicação financeira - Recursos vinculados (circulante)	33.500	-	33.500	29.942
Investimentos temporários - subtotal	56.993	-	56.993	276.164

#### 10.4 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo 2025	Saldo 2024
(+) Dívida bruta	2.617	55.044	1.096.493	1.154.154	1.155.000
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	2.617	55.044	1.096.493	1.154.154	1.155.000
(-) Ativos financeiros	-	(107.509)	-	(107.509)	(404.611)
Alta liquidez	-	(107.509)	-	(107.509)	(404.611)
<b>(+) Dívida líquida</b>	<b>2.617</b>	<b>(52.465)</b>	<b>1.096.493</b>	<b>1.046.645</b>	<b>750.389</b>

#### 10.5 *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras reais. Adicionalmente, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo indicador apurado é o ICSD, com apuração anual e com base nas demonstrações contábeis regulatórias.

Abaixo está apresentado o *covenant* financeiro presente no contrato de empréstimos da Companhia:

<i>Covenants</i> Empréstimos	BNDES
ICSD >= 1,30	2,20

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais e não há indicativos de quebra do *covenant*.

#### 11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão processual, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2025, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível é de R\$ 295 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), conforme segue:

	2025	2024
Trabalhista	295	-
Total	295	-

#### 12. Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados com base no lucro societário conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	450.283	200.931
(-) Reserva legal	(894)	(1.718)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(35.844)	(29.082)
Lucro líquido ajustado	413.545	170.131
Dividendos mínimos obrigatórios	4.136	1.702
Realização da Reserva de lucros a realizar – dividendos mínimos	-	9.952
Dividendos adicionais propostos	-	168.429
Total dividendos	4.136	180.083

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.539
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	53.841
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	1.702
Dividendos da reserva de lucro a realizar	9.952
Pagamento de dividendos no exercício	(65.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.654
Dividendos adicionais distribuídos de 2024	168.429
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	4.136
Dividendos da reserva de lucro a realizar 2025	290.000
Pagamento de dividendos no exercício	(470.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.136

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

## 13. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 213.199 (R\$ 209.694 em 31 de dezembro de 2024), representado por 213.198.792 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Em 27 de maio de 2025, através de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), houve a alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir aumento por meio da integralização de capital oriundos da reserva para investimento e expansão da Companhia no valor de R\$ 3.505.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 300.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

## (b) Reserva de lucros

	Nota	2025	2024
Reserva de incentivos fiscais	(i)	118.857	83.013
Reserva legal	(ii)	42.639	41.745
Reserva de lucros a realizar		415.627	390.191
Reserva para investimento e expansão		170.558	80.090
Reserva de dividendos adicionais propostos	(iii)	-	168.429
Proventos excedentes da contabilidade societária	(iv)	(964.954)	(661.794)
Total		<u>(217.273)</u>	<u>101.764</u>

### (i) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 118.857 (R\$ 83.013 em 31 de dezembro de 2024), a movimentação do exercício de R\$ 35.844 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2025.

### (ii) Reserva legal

Como trata o art. 163 da lei 6.404/74, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na reserva legal, que não poderá exceder o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09), desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

O valor destinado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 894 (R\$ 1.718 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP:

	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	<u>390.191</u>	<u>400.143</u>
Constituição	315.436	-
Realização	<u>(290.000)</u>	<u>(9.952)</u>
Saldo final em 31 de dezembro	415.627	390.191

### (iii) Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou

estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025, não houve destinação para reserva de dividendos adicionais propostos (R\$ 168.429 em 31 de dezembro de 2024).

(iv) Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de PCGA (Prática Contábeis Geralmente Aceitas) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados distintos, todas as diferenças são registradas no grupo em questão.

## 14. Pessoal e administradores

Segue abaixo a abertura dos grupos de pessoal e de administradores conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

Pessoal e Administradores	2025	2024
<b>Pessoal</b>	<b>(7.171)</b>	<b>(7.775)</b>
Remuneração	(3.719)	(1.139)
Encargos	(1.435)	(3.460)
Previdência privada - Corrente	(125)	(320)
Participação nos lucros e resultados - PLR	(958)	(1.146)
Outros benefícios – corrente	(934)	(1.509)
Outros		(201)
<b>Administradores</b>	<b>(476)</b>	<b>(1.028)</b>
Honorários (Diretoria e Conselho)	(375)	488
Encargos	(54)	108
PLR Diretores	(43)	(1.624)
Benefícios dos administradores	(4)	
<b>Total</b>	<b>(7.647)</b>	<b>(8.803)</b>

## 15. Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	50.312	40.183
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(2.377)	(1.908)
Outras receitas financeiras	805	862
<b>Receitas financeiras</b>	<b>48.740</b>	<b>39.137</b>
Encargos da dívida	(60.594)	(60.271)
Variação monetária da dívida	(51.925)	(54.187)
Juros, multas s/ operação de energia	-	(1)
Outras despesas financeiras	(421)	139
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(112.940)</b>	<b>(114.320)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(64.200)</b>	<b>(75.183)</b>

## 16. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

JAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	159.952	127.265
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(54.384)	(43.270)
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais (a)	35.844	29.082
Ativo contratual - CPC 47	5.711	5.210
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(12.829)	(8.978)

## 17. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas (\*), principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2025		2024	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)
<b>Contas a receber (RAP)</b>					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	244	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	456	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	150	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	180	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	-	-	489	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	-	-	48	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	555	-
<b>Total</b>		-	-	<b>2.122</b>	<b>-</b>
<b>Outras contas a receber</b>					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	221	774
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	347	1.107
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	81	293
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	125	470
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	-	-	126	476
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	-	-	26	90
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	309	521
BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	324	1.380
BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	315	1.339
VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	460	1.984
ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	427	1.704
PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	458	1.895
TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	634	2.631
<b>Total</b>		-	-	<b>3.853</b>	<b>14.664</b>

Empresas	Nota	2025		2024	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)
<b>Outras contas a pagar</b>					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(181)	(594)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(160)	(404)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(60)	(132)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(62)	(138)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	-	-	(79)	(144)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	-	-	(18)	(38)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(203)	(300)
BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(15)	(28)
BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(36)	(76)
VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(10)	(17)
ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(253)	(671)
PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(71)	(196)
TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(81)	(143)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(c)	-	-	-	(315)
<b>Total</b>		-	-	<b>(1.229)</b>	<b>(3.196)</b>

Dividendos declarados  
Controladora direta

JAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Transmissão S.A.	(d)	(4.136)	-	(11.654)	-
Total		(4.136)	-	(11.654)	-

(\*) A partir de 31 de outubro de 2025, com a mudança de controle societário da Companhia, os saldos de outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar se encontram zerados, fazendo com que as entidades e controladora direta em questão não sejam mais partes relacionadas.

- (a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (d) Valor refere-se à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2024 e 2023. A variação está demonstrada na nota explicativa nº 13 - Dividendos declarados.

## 17.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de outubro de 2025, data de aquisição do controle pela Verene Energia S.A., a Companhia passou a contar com nova estrutura administrativa, com três membros do Conselho de Administração e dois membros na Diretoria Executiva, remunerados diretamente pelas SPEs do Grupo Verene. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 375 (R\$ 325 em 31 de dezembro de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

## 18. Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

### Balanço patrimonial

Ativo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		50.516	-	50.516	128.447	-	128.447
Investimentos temporários		56.993	-	56.993	276.164	-	276.164
Concessionárias e permissionárias		45.256	-	45.256	40.793	-	40.793
Serviços em curso		3.280	-	3.280	2.358	-	2.358
Tributos compensáveis		22.905	-	22.905	16.400	-	16.400
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	74	(28)	46
Ativos de contratos	18.1	-	294.674	294.674	-	296.260	296.260
Outros ativos circulantes		1.816	-	1.816	6.810	28	6.838

JAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

Total do ativo circulante		180.766	294.674	475.440	471.046	296.260	767.306	
Não circulante								
Tributos compensáveis		-	-	-	311	-	311	
Ativo de contratos	18.1	-	2.508.318	2.508.318	-	2.026.424	2.026.424	
Imobilizado	18.2	1.002.007	(1.002.007)	-	1.032.960	(1.032.960)	-	
Intangível	18.3	18.343	(17.173)	1.170	18.763	(17.538)	1.225	
Total do ativo não circulante		1.020.350	1.489.138	2.509.488	1.052.034	975.926	2.027.960	
Total do ativo		1.201.116	1.783.812	2.984.928	1.523.080	1.272.186	2.795.266	
Passivo								
		Nota	2025			2024		
			Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante								
Fornecedores			9.999	-	9.999	12.047	-	12.047
Obrigações sociais e trabalhistas			1.019	-	1.019	6.732	(5.591)	1.141
Empréstimos e financiamentos			57.661	-	57.661	53.924	-	53.924
Tributos a recolher			15.506	-	15.506	12.964	(282)	12.682
PIS e COFINS diferidos	18.6		-	12.249	12.249	-	9.692	9.692
Dividendos declarados			4.136	-	4.136	11.654	-	11.654
Encargos setoriais			4.209	-	4.209	3.374	-	3.374
Outros passivos circulantes			16.073	-	16.073	9.571	5.873	15.444
Total do passivo circulante			108.603	12.249	120.852	110.266	9.692	119.958
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos			1.096.493	-	1.096.493	1.101.076	-	1.101.076
PIS e COFINS diferidos	18.6		-	247.027	247.027	-	205.156	205.156
Tributos diferidos	18.6		94	559.582	559.676	94	395.544	395.638
Outros passivos não circulantes			-	-	-	276	-	276
Total do passivo não circulante			1.096.587	806.609	1.903.196	1.101.446	600.700	1.702.146
Total do passivo			1.205.190	818.858	2.024.048	1.211.712	610.392	1.822.104
Patrimônio líquido								
Capital social			213.199	-	213.199	209.694	-	209.694
Reservas legal			42.639	-	42.639	41.745	-	41.745
Reservas de lucros a realizar			415.627	-	415.627	390.191	-	390.191
Reservas de incentivos fiscais			118.857	-	118.857	83.013	-	83.013
Reservas de investimento e expansão			170.558	-	170.558	80.090	-	80.090
Dividendos adicionais propostos			-	-	-	168.429	-	168.429
Proventos excedentes da contabilidade societária			(964.954)	964.954	-	(661.794)	661.794	-
Total do patrimônio líquido	19		(4.074)	964.954	960.880	311.368	661.794	973.162
Total do passivo e patrimônio líquido			1.201.116	1.783.812	2.984.928	1.523.080	1.272.186	2.795.266

## Demonstração do resultado

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso	18.7	303.975	480.308	784.283	283.724	63.840	347.564
Transmissão de energia elétrica		303.424	(303.424)	-	283.724	(283.724)	-
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	764.064	764.064	-	324.405	324.405
Receita de O&M		-	19.668	19.668	-	23.159	23.159
Outras receitas		551	-	551	-	-	-
Tributos		(27.765)	(44.428)	(72.193)	(29.569)	38.203	8.633
PIS-PASEP	18.6	(5.035)	(7.925)	(12.960)	(5.275)	6.751	1.474
Cofins	18.6	(22.730)	(36.503)	(59.233)	(24.294)	31.452	7.159
Encargos		(3.756)	-	(3.756)	(3.651)	-	(3.651)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.717)	-	(2.717)	(2.654)	-	(2.654)
Taxa de fiscalização		(1.039)	-	(1.039)	(997)	-	(997)
Receita líquida / Ingresso líquido		272.454	435.880	708.334	250.504	102.042	352.546
Resultado antes dos custos gerenciáveis		272.454	435.880	708.334	250.504	102.042	352.546
Custos gerenciáveis		(48.302)	31.318	(16.984)	(48.056)	30.389	(17.667)
Pessoal e administradores		(7.647)	-	(7.647)	(8.803)	201	(8.602)
Material		(313)	-	(313)	(307)	56	(251)
Serviços de terceiros		(6.717)	(1.444)	(8.161)	(5.723)	(2.344)	(8.067)
Arrendamento e aluguéis		(110)	-	(110)	(46)	-	(46)
Depreciação e amortização	18.3/18.5	(32.773)	32.762	(11)	(32.688)	32.633	(55)
Outros		(742)	-	(742)	(489)	(157)	(646)
Resultado da Atividade		224.152	467.198	691.350	202.448	132.431	334.879
Resultado Financeiro		(64.200)	-	(64.200)	(75.183)	-	(75.183)
Receitas financeiras		48.740	-	48.740	39.137	-	39.137
Despesas financeiras		(112.940)	-	(112.940)	(114.320)	-	(114.320)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		159.952	467.198	627.150	127.265	132.431	259.696
Despesa com impostos sobre o lucro		(12.829)	(164.038)	(176.867)	(8.978)	(49.787)	(58.765)
Lucro, após o imposto, do exercício	20	147.123	303.160	450.283	118.287	82.644	200.931

A seguir são detalhadas as naturezas e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

### 18.1 Ativo de contrato

O ajuste de R\$ 2.802.992 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.322.684 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da não aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente pela contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação regulatória, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados.

## 18.2 Imobilizado

O ajuste de R\$ 1.002.007 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.032.960 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, é decorrente da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

## 18.3 Depreciação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

## 18.4 Intangível

O ajuste de R\$ 17.173 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 17.538 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

## 18.5 Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados às concessões são capitalizados no ativo imobilizado e passam a ser depreciados, de acordo com a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

## 18.6 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 559.582 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 395.544 em 2024) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 259.276 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 214.848 em 2024), onde todos os efeitos são referentes à aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo a 9,25% da receita de construção e remuneração. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Outorgada receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

## 18.7 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e impostos diferidos.

## 19. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	960.880	973.162
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória (a)		
Atualização do ativo de contrato da concessão (ICPC 01) / (CPC 47) (a)	(964.954)	(661.794)
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>(4.074)</u>	<u>311.368</u>

(a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, referente à aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

## 20. Conciliação do resultado societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	450.283	200.931
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(303.160)	(82.644)
Lucro líquido regulatório no fim do exercício	<u>147.123</u>	<u>118.287</u>

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47 e ICPC 01 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## 21. Demonstração dos fluxos de caixa

### (c) Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	4.136
Total	<u>4.136</u>

#### (d) Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros*	Outros (**)	2025
Empréstimos e financiamentos	1.155.000	(53.108)	(60.257)	112.519	1.154.154
Debêntures	-	-	-	-	-
Dividendos	11.654	(470.083)	-	462.564	4.136
Total	<u>1.166.654</u>	<u>(523.191)</u>	<u>(60.257)</u>	<u>575.083</u>	<u>1.158.290</u>

(\*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(\*\*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de juros e variações monetárias durante o exercício.

## 22. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco Operacional (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	542.482
Responsabilidade Civil (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	50.000
Directors and officers	28/07/2025 a 28/01/2027	50.000

## 23. Eventos subsequentes

Em 19 de fevereiro de 2026, foi publicado o Ato Declaratório SUDENE nº 035063084, o qual estende o prazo de fruição do incentivo fiscal concedido à Companhia até 31 de dezembro de 2034, nos termos da legislação aplicável.

O referido Ato Declaratório formaliza a continuidade do enquadramento do empreendimento da Companhia no regime de incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, mantidas as demais condições e requisitos legais.

\*\*\*

Diretoria

José Cherem Pinto,  
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,  
Diretora de Relações com os Investidores

Conselho de administração

Ana Graciela Heugas Granato,  
Presidente do Conselho de Administração

Artur Fabiano Marques,  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto,  
Membro

Djamila Muniz de Carvalho  
Contadora  
CRC RJ 125.608/O